

BVIA - BV INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS E GESTÃO DE RECURSOS S.A.

CNPJ 12.770.190/0001-05

Alameda Tocantins, nº 75, 13º andar, Sala 1.306, Edifício West Gate - Alphaville - CEP 06455-020 - Barueri - (SP) - Brasil

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. ("BVIA" ou "Companhia") relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas. A BVIA é uma companhia de capital fechado que, tem como objetivo social a administração e gestão de carteira de valores mobiliários e consultoria em gestão empresarial e de investimentos, bem como a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como em fundos de investimentos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia atua como fornecedora de capital em empreendimentos ou incorporações imobiliárias para obter benefício econômico sobre as vendas dos projetos imobiliários construídos. O objetivo dessa

estrutura é exclusivamente para venda das unidades imobiliárias dos empreendimentos, com o encerramento das atividades previsto após a venda total das unidades imobiliárias, tendo como principal retorno ao final do projeto o recebimento dos dividendos provenientes dos empreendimentos imobiliários. As controladas têm como principal objetivo a incorporação, exploração comercial e a administração de imóveis. A Companhia também realiza investimentos em *startups* e *fintechs*, seja via aquisição de participação societária ou por meio de aquisição de títulos e valores mobiliários conversíveis. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ir.bv.com.br/>.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a BVIA registrou receitas de serviços no montante de R\$ 47,8 milhões, crescimento de 6,5% sobre as receitas obtidas no exercício de 2021 (R\$ 44,9 milhões). A Companhia encerrou o exercício de 2022 com lucro líquido de R\$ 36,8 milhões, expansão de 19,8% sobre o lucro de R\$ 30,7 milhões registrados em 2021. Além do crescimento nas receitas de serviços, a melhoria do lucro em 2022 também reflete o aumento nas receitas financeiras registradas em 2022.

A administração da BVIA agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE		44.412	61.612
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.010	871
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	6a	8.000	10.277
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	33.283	16.324
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	7	200	33.919
Ativos tributários correntes	8	86	221
Outros ativos	9	1.833	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE		182.299	193.072
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	89.055	42.926
Participação em empreendimentos	10	67.947	64.557
Ativos intangíveis	11a	25.297	25.589
TOTAL DO ATIVO		226.711	194.684

Passivo Circulante			
	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE		15.928	11.961
Passivos tributários correntes	12a	2.817	2.132
Outros passivos	13	13.111	9.829
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		210.783	182.723
Capital social	15a	132.187	132.187
Reservas		78.596	50.536
TOTAL DO PASSIVO		226.711	194.684

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas			
EVENTOS							
Saldos em 31.12.2020							
Lucro líquido do período		-	-	-	-	30.710	30.710
Destinações:							
Reserva legal	15c	-	1.535	-	-	(1.535)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(7.294)	(7.294)
Reserva estatutária para expansão		-	-	21.881	-	(21.881)	-
Saldos em 31.12.2021							
Mutações do período							
Saldos em 31.12.2021							
Lucro líquido do período		-	-	-	-	36.800	36.800
Destinações:							
Reserva legal	15c	-	1.841	-	-	(1.841)	-
Dividendos	15c	-	-	-	-	(8.740)	(8.740)
Reserva estatutária para expansão		-	-	26.219	-	(26.219)	-
Saldos em 31.12.2022							
Mutações do período							
Saldos em 31.12.2022							
132.187			7.557	71.039		210.783	210.783
				26.219		28.060	28.060

O Resultado por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A BVIA - BV INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS E GESTÃO DE RECURSOS E SUAS OPERAÇÕES

A BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. (Companhia, Entidade ou Instituição) é uma companhia de capital fechado que, tem como objetivo social, a administração e gestão de carteira de valores mobiliários e consultoria em gestão empresarial e de investimentos, bem como a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, cotista ou acionista, também em fundos de investimentos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como investimentos em *softwares* e sua exploração comercial. A Companhia atua como fornecedora de capital em empreendimentos ou incorporações imobiliárias para obter benefício econômico sobre as vendas dos projetos imobiliários construídos. O objetivo dessa estrutura é exclusivamente para venda das unidades imobiliárias dos empreendimentos, com o encerramento das atividades previsto após a venda total das unidades imobiliárias, tendo como principal retorno ao final do projeto o recebimento dos dividendos provenientes dos empreendimentos imobiliários. As controladas têm como principal objetivo a incorporação, exploração comercial e a administração de imóveis. A Companhia também realiza investimentos em *startups* e *fintechs*, seja via aquisição de participação societária ou por meio de aquisição de títulos e valores mobiliários conversíveis, além de prestar serviços de anúncios de compra e venda de veículos no website MeuCarroNovo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos seguindo a praticabilidade e a razoabilidade de linhas serem mantidas em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (PME). Seguindo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que estabelece as condições para dispensa de apresentação de Demonstrações Consolidadas, o Banco Votorantim S.A., controlador da BVIA, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas pela BVIA.

Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

b) Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade do instrumento financeiro. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.

O valor justo dos ativos financeiros com colação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o meio financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e revisa regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhadas na nota explicativa 4.

e) Autorização das demonstrações contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 15 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Auração do resultado

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.

As receitas e despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

Receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato;
- Identificação das obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesa com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros

De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros*).

O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar significativamente os fluxos de caixa contratuais futuros.

Os modelos de negócios da entidade refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

- Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
- Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido; e
- Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil seguirá o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao teste SPPI. Os ativos financeiros que não passaram no teste não poderão ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado no resultado).

Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:

- Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".

• Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

Participações em empreendimentos

Registram-se como participações em empreendimentos as aquisições de ações e cotas de capital de empresas cuja expectativa de realização do ativo ocorra após o término do exercício seguinte. As participações em empreendimentos, registradas no ativo não circulante, são avaliadas mensalmente pelo método da equivalência patrimonial.

Ativos Intangíveis

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos *softwares* e licenças, e amortizados pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso. Os *softwares* desenvolvidos internamente, de acordo com as necessidades da Companhia, fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente para *softwares* em desenvolvimento e para *softwares* concluídos.

A amortização é calculada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, contabilizada na rubrica "Outras despesas administrativas", conforme Demonstração do Resultado. O valor residual desses ativos, quando aplicável, é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são passíveis de amortização e são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável.

Ativos e passivos tributários

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, pelo regime de Lucro Presumido. O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% (regime cumulativo), aplicável sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 3% (regime cumulativo), aplicável sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

O ISS (Imposto Sobre Serviços) foi apurado considerando alíquota de 2,9% sobre as receitas de serviços prestados pela Companhia.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e baixa - Aplicação Geral

O modelo de redução ao valor recuperável prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.

No que tange aos ativos financeiros e demais ativos, são baixados quando a provisão para redução ao valor recuperável - imparidade atingir 100% do custo do ativo e, também for constatada a inexistência, em definitivo, de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos.

Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2022

- Ciclo de aprimoramentos anuais 2018-2020** - As alterações emitidas pelo IASB contemplam as seguintes normas: (i) CPC 48 - esclarece quais taxas pagas ou recebidas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros, (ii) CPC 06 (R2) - alterou o exemplo 13 ao excluir o reembolso pago pelo arrendador ao arrendatário a título de incentivo, e (iii) CPC 37 - flexibilizou procedimentos que uma subsidiária poderá aplicar ao adotar o IFRS pela primeira vez após a sua controladora. Estas alterações foram aplicáveis para períodos iniciados em/ou a partir de 01 de janeiro de 2022. Não houve impactos na sua adoção inicial;
- Alterações no CPC 25** - As alterações visaram esclarecer os custos que a entidade deve considerar como custos para cumprimento de um contrato ao avaliar quando este contrato é oneroso. As alterações foram eletivas a partir de 01 de janeiro de 2022 e não houve impactos na sua adoção, uma vez que a Companhia não possui contratos sob tais condições;
- Alterações no CPC 15** - As alterações visaram alinhar as referências feitas à nova Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*), contemplando orientações para determinar quando uma provisão ou um passivo contingente existe na data da aquisição (de uma combinação de negócios). Estas alterações foram aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em/ou após 01 de janeiro de 2022. Não houve impactos na sua adoção inicial.

Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros

- Alterações no CPC 26 - Classificação de passivos em circulante ou não circulante:** refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos; e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações foram postergadas para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023 e não serão aplicadas à Companhia.
- Alterações no CPC 26 - Alterações na divulgação de políticas contábeis:** As alterações têm por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos normativos. As alterações são eletivas a partir de 01 de janeiro de 2023 e a Companhia avalia possibilidades de otimização das informações a serem divulgadas;
- Alterações no CPC 32** - As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações são eletivas a partir de 01 de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes quando da sua adoção;
- Alterações no CPC 22** - Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas demonstrações contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações são eletivas a partir de 01 de janeiro de 2023 e não são esperados impactos quando da sua adoção.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações contábeis. Em atendimento às normas aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (PME), a Administração aplica em base continuada e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados em nossas demonstrações contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As exigências de *impairment* requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
- Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
- Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.

Valor justo dos instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

Outras informações relevantes

Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos na Companhia

Os efeitos relevantes das pandemia não produziram impactos relevantes nas premissas utilizadas para aplicação das estimativas contábeis e julgamentos realizados pela Administração neste período.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)			
	Nota	Exercício/2022	Exercício/2021
Receitas de serviços		47.787	44.867
Impostos sobre serviços		(1.386)	(1.301)
LUCRO BRUTO		46.401	43.566
Outras despesas administrativas	16	(11.519)	(9.940)
Resultado de participações em controladas	10a	3.390	588
Despesas tributárias	12b	(1.745)	(1.645)
Outros resultados operacionais		346	(17)
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS		36.873	32.552
Receitas financeiras	6b	12.103	4.411
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	159
OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	14	(2.277)	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO		46.699	37.122
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	17	(9.899)	(6.412)
Impostos correntes		(9.899)	(6.412)
LUCRO LÍQUIDO		36.800	30.710
RESULTADO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		485,76	405,37
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	15a	75.758	75.758

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)		
	Exercício/2022	Exercício/2021
Lucro líquido do período	36.800	30.710
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-	-
Resultado abrangente total	36.800	30.710

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)			
	Nota	Exercício/2022	Exercício/2021
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		46.699	37.122
Ajustes ao lucro antes dos impostos e contribuições sobre o lucro		(821)	(441)
Amortização	16	292	147
Resultado de participações em controladas	10a	(3.390)	(588)
Outras despesas não operacionais	14	2.277	-
Variações patrimoniais		(29.804)	(25.156)
(Aumento) / redução de ativos financeiros ao custo amortizado		33.719	(33.664)
(Aumento) / redução de ativos tributários correntes		135	(90)
(Aumento) / redução de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Redução) / aumento de passivos tributários correntes		(63.088)	7.753
Outras variações ativas		(573)	(437)
Outras variações passivas		1.836	1.282
Imposto de renda e contribuição social pagos		(8.641)	(5.498)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		7.433	6.027
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado			

BVIA - BV INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS E GESTÃO DE RECURSOS S.A.
 CNPJ 12.770.190/0001-05
 Alameda Tocantins, nº 75, 13º andar, Sala 1.306, Edifício West Gate - Alphaville - CEP 06455-020 - Barueri - (SP) - Brasil

-★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Valor de Amortização custo	Saldo acumulada contábil	Saldo contábil	Valor de Amortização custo	Saldo acumulada contábil	Saldo contábil
Website Meu Carro Novo	24.278	-	24.278	24.278	-	24.278
Licenças de uso	82	(82)	-	82	(82)	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.457	(438)	1.019	1.457	(146)	1.311
Total	25.817	(520)	25.297	25.817	(228)	25.589

b) Movimentação

	31.12.2021		Exercício/2022		31.12.2022	
	Saldo contábil	Movimentações	Amortização	Saldo contábil	Saldo contábil	Movimentações
Website Meu Carro Novo	24.278	-	-	24.278	-	-
Softwares desenvolvidos internamente	1.311	-	(292)	1.019	-	-
Total	25.589	-	(292)	25.297	-	-

c) Estimativa de amortização em 31 de dezembro de 2022

Valores a amortizar e outros montantes	2023	2024	2025	2026	Não amortizáveis ⁽¹⁾	Total
		291	291	291	146	24.278

⁽¹⁾ Inclui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

12. PASSIVOS TRIBUTÁRIOS CORRENTES

a) Passivos tributários correntes

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	2.540	1.781
PIS	27	24
COFINS	126	111
ISS	122	107
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2	109
Total	2.817	2.132
Passivo circulante	2.817	2.132

b) Despesas tributárias

	Exercício/2022	Exercício/2021
PIS	(311)	(292)
COFINS	(1.434)	(1.346)
Outras	-	(7)
Total	(1.745)	(1.645)

13. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para despesas administrativas	477	391
Valores a pagar - Website Meu Carro Novo	975	20
Rendas antecipadas	1.874	1.387
Valores a pagar a sociedades ligadas ⁽¹⁾	1.017	737
Dividendos a pagar	8.740	7.294
Outros	28	-
Total	13.111	9.829
Passivo circulante	13.111	9.829

⁽¹⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

14. OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS

	Exercício/2022	Exercício/2021
Outras despesas ⁽¹⁾	(2.277)	-
Total	(2.277)	-

⁽¹⁾ Inclui reversão de receitas de atividades não associadas a atividade operacional.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
 O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 132.187 (R\$ 132.187 em 31 de dezembro de 2021), é representado por 75.758.216 ações (75.758.216 ações em 31 de dezembro de 2021), subscritas e inteiramente integralizadas, ordinárias e nominativas sem valor nominal.

b) Reserva de lucros
Reserva legal
 Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de capital, exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.
Reserva estatutária para expansão
 A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos
 Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado a reserva legal (lucro líquido ajustado).
 Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

	Exercício/2022			
	Valor (R\$ mil)	Quantidade de cotas por lote de mil - R\$	Data-base posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	8.740	115,37	31.12.2022	até 31.12.2023
Total de remuneração aos acionistas	8.740	115,37		

	Exercício/2021			
	Valor (R\$ mil)	Quantidade de cotas por lote de mil - R\$	Data-base posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	7.294	96,28	31.12.2021	09.05.2022
Total de remuneração aos acionistas	7.294	96,28		

	Exercício/2022		Exercício/2021	
	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)	Valor (R\$ mil)
Lucro líquido do período	36.800	30.710	36.800	30.710
Reserva legal	(1.841)	(1.535)	(1.841)	(1.535)
Base de cálculo	34.959	29.175	34.959	29.175
Dividendos	8.740	7.294	8.740	7.294
Valor proposto	8.740	7.294	8.740	7.294
% sobre a base de cálculo	25%	25%	25%	25%

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/2022	Exercício/2021
Aluguéis	(118)	(132)
Processamento de dados	(1.144)	(943)
Propaganda e publicidade	(4.666)	(5.062)
Publicações	(10)	(66)
Serviços técnicos especializados	(805)	(413)
Serviços do sistema financeiro	(219)	(236)
Amortização	(292)	(147)
Outras ⁽¹⁾	(4.265)	(2.941)
Total	(11.519)	(9.940)

⁽¹⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

17. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Exercício/2022	Exercício/2021
Valores correntes	(9.899)	(6.412)
IR e CSLL no País - Corrente	(9.899)	(6.412)
Total	(9.899)	(6.412)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/2022	Exercício/2021
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	46.699	37.122
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.899)	(6.412)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(15.877)	(12.703)
Outros valores	5.978	6.291

18. PARTES RELACIONADAS
 As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

	31.12.2022			
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim S.A.	Controladas Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	1.010	1.010
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	122.338	122.338
Passivos				
Outros passivos	-	-	(9.757)	(9.757)
Resultado				
Receitas financeiras	-	-	12.103	12.103
Despesas administrativas	-	-	1.648	1.648
Total			31.12.2021	

	31.12.2022			
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim S.A.	Controladas Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	871	871
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	59.250	59.250
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	-	-	33.775	33.775
Passivos				
Outros passivos	-	-	(8.031)	(8.031)
Resultado				
Receitas financeiras	-	-	3.045	3.045
Despesas administrativas	-	-	(1.047)	(1.047)

19. PASSIVOS CONTINGENTES
 A Companhia não é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS

1) Processo de gestão de riscos
 O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.
 A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco. Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.
 O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.
 Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

a) Risco de crédito

(i) Definição
 Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

b) Risco mercado

(i) Definição
 Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia de valor justo
 O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo. Os certificados de depósito bancário enquadram-se no nível 2 e as debêntures no nível 3.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apuração, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

c) Risco de liquidez
 Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional

(i) Definição
 Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

Gerenciamento de Capital
 Em linha ao estabelecido pelas Resoluções nº 3.988/2020 e nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conglomerado, do qual a Companhia faz parte, dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido		
	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros	Total
Saldo em 31.12.2021	7.294	132.187	50.536	190.017
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	28.060	28.060
Variações com efeito de caixa	(7.294)	-	-	(7.294)
Dividendos pagos	(7.294)	-	-	(7.294)
Varições sem efeito de caixa	8.740	-	-	8.740
Dividendos a pagar	8.740	-	-	8.740
Saldo em 31.12.2022	8.740	132.187	78.596	219.523

	Passivos	Patrimônio líquido		
	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros	Total
Saldo em 31.12.2020	4.080	132.187	27.120	163.387
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	23.416	23.416
Variações com efeito de caixa	(4.080)	-	-	(4.080)
Dividendos pagos	(4.080)	-	-	(4.080)
Varições sem efeito de caixa	7.294	-	-	7.294
Dividendos a pagar	7.294	-	-	7.294
Saldo em 31.12.2021	7.294	132.187	50.536	190.017

